

# Pendências atrapalham agenda de Cardoso nos EUA

por Maria Helena Tachinardi  
de Brasília

Na viagem que começa hoje, aos Estados Unidos, o presidente Fernando Henrique Cardoso leva em sua bagagem menos trunfos do que imaginava quando planejou a visita, logo no início de seu mandato. As reformas econômicas, ainda emperradas no Congresso, não produziram até agora nenhum efeito concreto de abertura de mercado ao principal parceiro comercial e investidor estrangeiro no Brasil.

O contrato do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), ganho por um consórcio norte-americano no valor de US\$ 1,5 bilhão, ainda não foi assinado, apesar de Cardoso ter garantido ao secretário de Comércio, Ron Brown, no mês passado, que o compromisso seria sacramentado em breve. Denúncias seguidas contra a Raytheon, vencedora da licitação, e contra a empresa brasileira Esca, escolhida para desenvolver o software do projeto, estão atrasando a assinatura do contrato. Outro problema: o Senado Federal não aprovou a famigerada "lei das patentes", assunto que está há nove anos na agenda bilateral e em 1988 levou os EUA a aplicarem sanções contra exportações brasileiras.

Essa parte negativa da bagagem reflete as dificuldades que o presidente vem tendo com o Congresso para aprovar seus projetos. No que dependia estritamente da ação do governo, o conjunto de resultados positivos que Cardoso exibirá em sua visita supera, em termos quantitativos, a parte frustrada da agenda.

O presidente anunciará com seu colega Bill Clinton

a negociação de um acordo nuclear entre os dois países e seus ministros conversarão sobre combate e prevenção ao uso de drogas com base em acordo assinado na semana passada, em Brasília. Negociarão, também, reciprocidade na concessão de vistos com validade de cinco anos para empresários brasileiros, uma vez que o Palácio do Planalto já decretou a extensão desse prazo para estrangeiros em viagens de negócios ao Brasil. O presidente estará mais à vontade para discutir o futuro do relacionamento com os EUA porque as relações entre os militares melhoraram sensivelmente. Na semana passada os dois países firmaram um ajuste complementar na área de tecnologia que facilitará o trabalho conjunto dos exércitos em matéria de doenças tropicais.

O encontro entre os dois chefes de Estado não será um "toma lá, dá cá", mas lançará as bases de um novo tipo de relacionamento. Para os EUA, que elegeram o Brasil como um dos dez mercados emergentes em que os empresários norte-americanos estão interessados em ampliar seus negócios, é importante a abertura do mercado brasileiro, principalmente na área de telecomunicações. Brown esteve duas vezes no País nos últimos doze meses para acompanhar o andamento das reformas e do contrato do Sivam.

Com relação à "lei das patentes", embora Brown tenha dito que nessa área já não há contencioso, preocupa as autoridades brasileiras a reação dos laboratórios farmacêuticos norte-americanos com o alegado "retrocesso" das discus-

sões no Senado. A Pharmaceutical Research & Manufacturers of America (Pharma, ex-PMA), que reúne esses laboratórios, pediu no mês passado ao representante de Comércio (USTR) dos EUA, Mickey Kantor, que inclua o Brasil na lista dos "priority foreign countries", primeiro passo para uma investigação com base na seção "Special 301" da Lei de Comércio norte-americana. A "lista negra" de países será divulgada no final deste mês, em Washington.

Apesar das pendências, os dois governos ressaltarão na visita que o relacionamento se beneficiou de uma "mudança qualitativa" importante nos últimos anos. A relação "deve ser vista como uma aposta estratégica de interesse dos dois países", diz o embaixador brasileiro nos EUA, Paulo Tarso Flecha de Lima.

Na área de não-proliferação nuclear, por exemplo, Brasil e Estados Unidos fizeram avanços importantes. O governo Clinton submeteu há poucos dias ao Itamaraty uma proposta de acordo de cooperação nuclear para fins pacíficos, que abrangerá trabalhos conjuntos em segurança de reator de potência e de pesquisa, segurança nuclear, produção de radioisótopos para aplicação em medicina e agricultura e cooperação na área de aplicação de salvaguardas. Uma vez concluído, esse acordo representará para o Brasil "o resgate de todas as hipotecas no campo nuclear", afirma Antonio Guerreiro, chefe da Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologias Sensíveis do Ministério das Relações Exteriores.